

CONCLUSÕES

10º COLÓQUIO NACIONAL DO MILHO

19 de Fevereiro 2020
Convento São Francisco, COIMBRA

PÁGINA
1 / 2

Face aos temas abordados, a ANPROMIS conclui:

// A resiliência e perseverança que os agricultores da região Centro têm demonstrado nos últimos anos, ao ultrapassarem os contínuos obstáculos que lhes foram colocados com as cheias de 2016, os incêndios de 2017, o Leslie em 2018 e as intempéries do final do ano passado, é um factor que importa realçar.

// A reabilitação do canal principal de rega do Vale de Mondego, região onde o milho é uma cultura muito relevante, revela-se urgente e deve constituir uma prioridade do Estado Português, sob pena de a próxima campanha agrícola ficar irremediavelmente comprometida.

// A Agricultura seja ela efetuada em regiões de montanha ou nos vales, no sequeiro ou no regadio, seja biológica ou convencional, familiar e de subsistência ou empresarial, revela-se fundamental à coesão e ao desenvolvimento social, económico e ambiental do nosso território.

// O milho, como cultura arvense com maior expressão em Portugal, estando presente em mais de 67 mil explorações agrícolas distribuídas por todo o território nacional, tem assim uma responsabilidade acrescida.

// Num período marcado pelas alterações climáticas, a aposta do Governo na expansão de novas áreas regadas e na reabilitação dos perímetros de rega existentes, revela-se fundamental para contrariarmos a desertificação social e ambiental que se verifica num crescente número de concelhos do nosso país.

O 10º Colóquio Nacional do Milho reuniu em Coimbra, a 19 de Fevereiro, 630 participantes, entre os quais cerca de 200 estudantes de 12 instituições de ensino da área das Ciências Agrárias, num debate sobre o papel da agricultura nos grandes desafios da atualidade. A Ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque, marcou presença na Sessão de Encerramento do Colóquio, afirmando que “a cultura do milho nos sistemas agrícolas e pecuários nacionais assume uma importância reconhecida pelo país e pelo Governo de Portugal”.



CONCLUSÕES

10º COLÓQUIO NACIONAL DO MILHO

[CONTINUAÇÃO]

// Portugal não pode caminhar para se tornar num país em que o fundamentalismo ambientalista de alguns, poucos mas com grande palco mediático, que vivem essencialmente nas zonas urbanas, se sobreponha às necessidades básicas e aos interesses de regiões inteiras onde a actividade agrícola é fundamental ao seu desenvolvimento - Não há mundo rural sem agricultura, nem agricultura sem mundo rural!

// O envolvimento das Instituições de Ensino Agrícola e Agronómico e os seus alunos, muitos deles os nossos futuros agricultores, ao mundo empresarial revela-se fundamental na partilha de conhecimentos, preocupações e expectativas em torno de uma cultura e de uma fileira extremamente dinâmica como é a do milho.

// Portugal tem um grau de auto-aprovisionamento de cereais dos mais baixos da Europa, o que põe em causa a nossa soberania alimentar. Urge, neste contexto, acelerar a implementação das dezassete medidas previstas na Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais, aprovada pelo anterior Governo.

// As Organizações de Produtores (OP) são essenciais à competitividade da agricultura portuguesa e o seu contributo deve ser reconhecido através do reforço das suas atribuições e da constituição de novas Organizações Interprofissionais, mais musculadas e mais dinâmicas, que juntem no seu seio os diversos elos da cadeia da produção à comercialização.

// A Sociedade tem pela frente um megadesafio: duplicar a atual produção de alimentos para suprir as necessidades da população mundial em 2050, sem aumentar a pressão sobre os recursos naturais do Planeta. Neste contexto, os decisores políticos devem dar prioridade a medidas e apoios públicos para adoção da agricultura de precisão e digitalização da agricultura.

// A Agricultura é parte da solução para que Portugal atinja a Neutralidade Carbónica em 2050. Os agricultores devem ser apoiados na adoção das boas práticas (conservação do solo, da água e da biodiversidade, entre outras) que contribuem para a redução da pegada de carbono da agricultura e devem ser remunerados pelos bens públicos (serviços de ecossistemas) que produzam em benefício da Sociedade.

